

CULTURA, POLÍTICA E CIDADANIA

Renato Ortiz

A reflexão sobre cultura e política tem sido uma preocupação constante dos intelectuais latino-americanos. De alguma maneira, a clássica discussão a respeito da identidade nacional, estabelecia um vínculo orgânico entre os diversos movimentos intelectuais (artístico, literário, acadêmico, etc.) e as inquietações da política. A construção do Estado-nação sempre articulou os interesses propriamente políticos à dimensão cultural. Pode-se dizer que atualmente, o debate se prolonga, e se desdobra, em temas como cidadania e espaço público. Aqui, novamente, a relação entre cultura e política se repõe. No entanto, apesar da riqueza, e da permanência desta discussão (ela hoje é centenária), para mim, há algo de insatisfatório no conjunto dos diagnósticos elaborados. É realmente possível pensarmos a problemática cultural dentro dos marcos estabelecidos pelo pensamento latino-americano? As transformações ocorridas nas sociedades contemporâneas não nos obrigam a alargar o horizonte de nossas reflexões? Na verdade, temos uma tendência a evitar certas questões embaraçosas, que constituem, a meu ver, o próprio solo no qual o debate se desenrola. Minha intenção é explicitar algumas delas, trazendo à tona as dúvidas de quem há muito vem trabalhando com a temática cultural.

Começo com uma pergunta: o que entender por política? Sem ter a ambição de dar uma resposta definitiva, creio que é possível compreendê-la como um tipo de atividade que se desenvolve no âmbito de um espaço específico. O objetivo da Ciência Política (quer ele seja atingido ou não) é justamente o de desvendar a lógica deste espaço, dando inteligibilidade às ações dos indivíduos que nele atuam, assim como às instituições e aos interesses que lhes dão suporte. Supõe-se portanto a existência de um *homo politicus*, ele se comportaria de acordo com metas estritamente racionais, claramente determinadas (o que não significa que não possa se equivocar). Neste caso, a esfera da política constituiria uma espécie de sub-sistema da sociedade, com regras e funcionamento próprios. Podemos então dizer, que o "fazer política", se enraiza em determinados lugares:

sindicatos, ONGs, partidos, Estado, movimentos sociais. Al se encontram, pragmaticamente, os contornos físicos da atuação dos agentes. Nas sociedades contemporâneas, a política constitui portanto uma esfera especializada. Sua autonomia pode ser descrita como o resultado de um longo processo de racionalização, para falarmos em termos weberianos. No seu interior, se realizariam, e se confrontariam, as ideologias e os programas partidários, as intenções e os projetos dos membros de uma comunidade. É esta especialização de um domínio que permite, aos que "fazem política", falarem em estratégia. Pois toda estratégia é um cálculo procurando maximizar as ações para alcançá-la. Pouco importa, para nossa discussão, se os alvos almejados, ou os métodos empregados, sejam, mais ou menos, adequados. Sublinho apenas, ela se vincula à uma certa capacidade da mente em se desprender da realidade imediata, equacionando os problemas à médio e longo prazo. O cálculo requer então, a existência de um grupo de pessoas capazes de empreendê-lo. A política necessita de especialistas, como a religião. Ela se realiza através de uma "minoria atuante". Não estou utilizando o termo no sentido negativo, nem mesmo criticando a prática dessas minorias. Apenas o emprego para indicar a presença de extratos especializados que atuam na sociedade, mas que não a constituem na sua totalidade.

Evidentemente, haverá uma gama diferenciada de especializações. Por exemplo, entre a "direção" e a "base" de um sindicato, ou ainda, entre a liderança de um movimento social, cuja duração se esgota quando as reivindicações são atendidas, e os "intelectuais orgânicos" de um partido. No entanto, apesar das diferenças, esses agentes participam de um mesmo universo, que de maneira prosaica denominamos como sendo o "mundo da política". Os políticos possuem portanto uma cultura particular. As concepções que partilham são, certamente, dispares e antagônicas, podendo variar do cinismo aberto aos ideais democráticos. Mas pressupomos que a conduta de cada um seja governada por elas. Um exemplo, é o dos movimentos progressistas, que buscam alargar o horizonte da consciência política, daqueles que se encontram "fora" de suas esferas. A ênfase em ideais como, democracia, igualdade e cidadania, tem como contrapartida a esperança de que, se os indivíduos fossem habitados por outros valores, seu comportamento seria distinto.

No entanto, é possível contra-argumentar: seria a esfera da política o espaço exclusivo, ou preferencial, da conduta política? Não

haveriam outras instâncias que podem, e frequentemente entram em conflito com ela? Em relação aos valores uma outra dificuldade pode ser levantada: democracia, igualdade e cidadania, são ideais restritos às ideologias políticas, *stricto-senso*, ou encontram-se generalizados na sociedade? Dito de outra forma: os movimentos políticos têm a primazia em formulá-los, ou devem eles se confrontar com outras perspectivas, muitas vezes perversas, desses mesmos princípios? Na verdade, quando passamos da esfera especializada para a sociedade como um todo, os dilemas que enfrentamos tornam-se mais complexos. A rigor, as práticas sociais não são orientadas apenas pela consciência política. As influências, as mais diversas, as atravessam. Certamente algumas pessoas possuem um conhecimento político maior do que outras, mas, em grupos diferenciados, e majoritários da sociedade, este esclarecimento se manifesta de maneira difusa, às vezes, sequer existe. Estou pois sugerindo, que a “cultura política” diz respeito à lugares específicos da sociedade, existem porém, dimensões sociais mais abrangentes que lhe escapam. Talvez fosse mais correto dizer que qualquer prática política se manifesta sobre um fundo cultural mais amplo.

Isso nos conduz à outra ordem de questões. É necessário indagar quais são as instituições sociais, além da política, que socializam os indivíduos, definindo normas de conduta e comportamentos sociais. Sabemos que a religião e a família há muito vêm cumprindo este papel. Tratam-se de instâncias tradicionais cuja abrangência é diferenciada. A família educa um grupo restrito, a religião um grupo mais ampliado, embora não chegue a tocar todos os membros da sociedade — a contemporaneidade é marcada pela pluralidade religiosa (exceto nos países nos quais a separação entre a religião e o Estado não se concretizou plenamente). Existem porém duas instituições cuja importância é capital no contexto das sociedades modernas: a escola e a mídia. A escola tem de fato uma inflexão nacional. Em princípio, ela seria o lugar de educação de “todos”, as classes e as camadas sociais as mais diversas. Por isso em países como, França, Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos, já no século XIX, a educação cumpriu um papel fundamental no processo de construção da nacionalidade. Ela ensinou ao camponês, ao operário e ao industrial, modos e noções comuns — cidadania, culto à pátria, heróis nacionais, etc. A mídia, por sua vez, é mais recente. É possível encontrarmos traços de seu desenvolvimento no século passado

(publicidade, folhetim, tiragem dos jornais). Não obstante, até meados do século XX, com exceção dos Estados Unidos, não conhecíamos ainda uma sociedade de “massas”. Ela também contribuiu para a formação das identidades nacionais, divulgando e reforçando entre os indivíduos uma cultura popular similar. Principalmente na América Latina, onde temos, ainda hoje, uma presença débil da escola. A mídia eletrônica, ao favorecer a oralidade, penetrou mais facilmente junto às camadas analfabetas ou semi-alfabetizadas de seus países. O que significa que ela é provavelmente uma das forças mais dinâmicas dessas sociedades.

Como pensar a interação e a concorrência entre essas instâncias? Seriam elas equivalentes? Evidentemente que não. No caso da mídia existem claros indícios de sua abrangência. Diferentemente da escola, cuja atuação se restringe à um período curto, e determinado da vida das pessoas, ela se caracteriza pela sua perenidade. Em relação à política são também inúmeros exemplos de sua influência. O que denominamos de “opinião pública” dificilmente poderia ser unicamente construída pelos partidos. Afinal, eles possuem uma audiência estreita fora do seu campo especializado. Somente uma ilusão democratista pode levar-nos a pensar que “todos” se interessam igualmente por política. Como se os homens, a despeito de suas condições de classe, de seu capital cultural, pudessem expressar suas inquietações em termos de uma opinião, clara e bem definida, sobre temas tão diversos (Bordieu tem razão ao afirmar que a “opinião pública não existe”). Já os meios de comunicação contam com outros mecanismos. Eles atingem a massa da população e os segmentos diferenciados do mercado. Seus comentaristas são intérpretes que articulam o mundo da política com o grande público. Eles traduzem, e neste sentido alteram, moldam, as próprias informações com as quais trabalham. Mas é necessário acrescentar. A importância da mídia é que ela não se circunscreve às fronteiras estabelecidas da política. Ela se dedica a um conjunto de atividades, envolvendo diferentes dimensões da vida humana — informação, divertimento, ficção, etc. E isso ela o faz de forma contínua, permanente. Sua rotina — através dos jornais, televisão, rádio, publicidade — garante a conformação das personalidades. Daí sua superioridade sobre os partidos e os movimentos sociais. As questões de poder são difundidas de forma abrangente e diluídas enquanto cotidianeidade. Desta forma, sua capacidade de penetração se amplia, deixando de limitar-se a um

universo particular, habitado apenas por aqueles, que de algum modo possuem um conhecimento iniciático. Não estou pretendendo que os meios de comunicação sejam a fonte de todo poder. Nem mesmo que a indústria cultural possua um potencial irrestrito de manipulação dos indivíduos. Não posso negar que os grupos sociais lêem, assimilam e utilizam o que é veiculado nesses meios. Por outro lado, como afirmei anteriormente, a sociedade é o cruzamento de um conjunto de instituições concorrentes entre si. Mas não nos iludamos. A existência da família, da escola e da religião, também não implica na unidimensionalidade da conduta. Isto não significa porém que seu papel seja negligenciável. A mídia, na medida em que se acopla ao próprio desenvolvimento da sociedade, é sem dúvida um espaço de definição de normas e de legitimidades. Sua autoridade modela as disponibilidades estéticas, as expectativas de vida, as maneiras de ser.

Deixemos por um momento de lado as instâncias de socialização, para focalizarmos outros aspectos da cultura. Eu havia me perguntado anteriormente sobre os valores. Em que medida eles não se definiriam, e se transformariam, no âmbito da própria estruturação da sociedade. Isto é, fora da esfera da política. Tomo um exemplo: a idéia de trabalho. Há atualmente toda uma discussão sobre sua "centralidade". Os sociólogos, ao analisar a diminuição numérica da classe operária, a deslocalização das unidades de produção, a robotização, a especialização de empregados, a terceirização dos serviços, procuram compreender como a infraestrutura industrial se articula a emergência de um capitalismo flexível. Esta literatura é importante e sugestiva. Creio no entanto, ser possível colocar o debate em outros termos, eu diria mesmo, civilizatório. Dentro desta perspectiva, um elemento salta aos olhos. Historicamente, antes da Revolução Industrial, o trabalho nunca foi considerado, socialmente, ou seja, pelo conjunto da sociedade, como um valor em si. Na Antigüidade clássica, entre os egípcios, os mesopotâmicos, os gregos, e os romanos, a arte militar sempre o superou. O trabalho era uma atividade dos servos. Situação que se repete com o Antigo Regime. Para a aristocracia das cortes européias, a ociosidade era o ideal por excelência. Ela orientava a ética cortesã, impulsionando o luxo e as maneiras de civilidade. Portanto, é apenas com a Revolução Industrial que o trabalho torna-se um ideal civilizatório. Hegel talvez seja um dos primeiros pensadores que o

considera como categoria filosófica fundamental de todo um sistema de idéias. Temos assim, no plano intelectual, a tradução de algo que é social. De fato, a sociedade que nasce com o século XIX se organiza em torno do trabalho — particularmente o industrial. Por isso as ideologias e as utopias desta época, liberalismo, socialismo, comunismo, o têm como referência. O trabalho é igualmente vital para o burguês e o operário, ele é um elemento nodal, soldando as diversas partes da sociedade num todo relativamente coeso.

Porém, em alguns países, já no final do século XIX, em consonância com a segunda revolução industrial, este tipo de ética sofre um desgaste. De início, apenas junto à uma classe social: a burguesia. Quando Paul Lafargue reclama o “direito à preguiça”, ele se refere explicitamente à essas mudanças. Segundo sua interpretação, os burgueses teriam sido os responsáveis pela valorização excessiva do trabalho, pois isso lhes interessava. Entretanto, esta crença, à qual haviam sido fiéis no passado, eles agora a desrespeitavam, favorecendo o luxo, o lazer, as viagens, a frequência aos balneários, o gasto fácil em objetos de consumo. Também Veblen, cujo ponto de vista político é diametralmente oposto ao de Lafargue, acusa, na passagem do século, os industriais americanos de ociosidade. Eles teriam se convertido à “vida conspícua” da ostentação, abandonando os princípios morais, fundamentos ascéticos da racionalidade empresarial. Essas mudanças seriam pouco significativas se limitadas ao universo burguês. Entretanto, elas revelam uma dimensão substancial da sociedade, em particular a emergência da própria idéia de consumo, que é distinta do luxo. No princípio, ela se aplica exclusivamente às classes abastadas. Razão pela qual o não trabalho não é considerado como tema relevante para outras classes sociais — proletariado, campesinato e classes médias. Mas, aos poucos, a presença do “tempo livre” se estende para o conjunto da sociedade. O lazer transforma-se inclusive em reivindicação das classes subalternas (diminuição da jornada de trabalho).

Essas transformações são profundas, e envolvem a esfera econômica. O advento de uma sociedade de consumo desloca a preponderância da ética do trabalho. Se anteriormente, ela era percebida como um incentivo para a realização pessoal, agora, as coisas se modificam. O trabalho é visto como algo martirizante, um desperdício das energias individuais. Pouco a pouco, uma ética hedonista, ego-centrada, vai se tornando hegemônica. Não se trata

de uma questão numérica. Do volume, de trabalhadores que se ocupam das fábricas flexíveis, ou da produção, multiplicada pelo fator das novas tecnologias. Nem mesmo da contrapartida perversa deste movimento — o desemprego. Evidentemente, não faz sentido dizer que o trabalho “acabou” — isso não é verdade sequer entre os povos primitivos ou as civilizações da Antiguidade. O que é novo, e abarca a totalidade da vida social, é que os pontos de referência são outros. O homem contemporâneo deslocou sua expectativa de realização para um espaço imaginário. Lugar onírico, cuja materialidade se concretiza em atividades como, viajar, sair de férias, ir ao cinema, passear, etc. Neste quadro, o mundo do trabalho, vivido antes no seu coletivismo, perde o seu apelo. Pouco importa, para nosso debate, que nem todos tenham “direito à preguiça” (isso certamente não é verdadeiro). Ou que as pessoas apenas acreditem que sua realização se complete neste contexto. Não tenho dúvidas a esse respeito: o consumo não é a solução para a realização individual. No entanto, esta é uma “ilusão social”, verossímil e coletiva. Estamos pois na presença de um conjunto de crenças e valores, enraizados nos indivíduos e habilmente explorados pela publicidade, pelo turismo e pela indústria cultural.

Acontece que tais mudanças não se restringem a essa ou aquela sociedade. O processo de globalização irá torná-las presente ao conjunto dos povos do planeta — o que reforça sua legitimidade. No contexto da modernidade-mundo, uma cultura mundializada gira em torno de metas, objetivos, ideais, que no passado circunscreviam às sociedades nacionais. É possível falarmos inclusive de uma cultura “internacional-popular” que habita diferentes recantos do globo. Entretanto, nesse universo imaginário, no qual se entrecruzam referências culturais desterritorializadas, valores como — democracia, cidadania, igualdade — existem apenas enquanto elementos instrumentais marcados pela ótica do mercado. Cito ao acaso um autor, cuja compreensão da pós-modernidade é sugestiva (do ponto de vista ideológico). “Como fenômeno cultural, o pós-moderno é sempre difícil de ser entendido, devido à discontinuidade e à variedade de estilos. O ecletismo é o estilo natural da diversidade cultural, e existe uma razão para o incremento do pluralismo em nossa era: o pós-industrialismo, que sucede o mundo moderno fundado na indústria, é unificado instantaneamente pelas atuais tecnologias. A mudança é caleidoscópica e simultânea — da produção em massa para a segmentada; de uma cultura de massa integrada para a fragmentação

dos gostos; da fabricação repetitiva e idêntica dos objetos para a mudança rápida de vários objetos, de poucos estilos para vários gêneros" ("What is Post-Modernism", Charles Jenks). O mundo em que vivemos seria portanto plural. Nele, os objetos, as idéias e os gostos, se encontrariam "democraticamente" dispersos. Ou como acrescenta Jenks: "Na sociedade informática não há porque não esperarmos pelo crescimento deste pluralismo. Comparemos a situação com a ideologicamente neutra indústria automobilística. Aí, encontramos a mesma proliferação de escolhas: na América, durante a era moderna, elas se reduziam ao Ford e ao Chevy, branco ou preto. Agora, pode-se escolher entre setecentos e cinquenta modelos de carros e caminhões, e anualmente, entre inúmeras cores". Pluralidade significa pois diversidade de objetos. Esta não é porém uma concepção particular de um autor. Ela se encontra disseminada entre os empresários das transnacionais, e eu acrescentaria, junto às classes médias mundializadas. No entanto, este entendimento pouco ingênuo das coisas, tem conseqüências. Democracia torna-se sinônimo de acesso a um grande número de produtos; liberdade, a possibilidade de escolha entre múltiplos itens. A metáfora do supermercado adquire assim uma conotação política. "Ser livre" se desvincula de qualquer ideal de justiça, igualdade e direitos sociais. O cidadão mundial, que já não se contenta com os limites do Estado-nação, é aquele que participa deste universo. Sua cidadania é fruto de sua inserção social, de seu modo de vida.

Podemos imaginar que nos encontramos apenas diante de uma mera ideologia de mercado. Até mesmo, seria possível identificar o neo-liberalismo como "causa" deste estado de coisas. Neste caso, tudo seria mais simples. Bastaria mobilizar outros ideais, outra moralidade, para combatê-lo. Creio porém que a situação é mais complexa. O movimento ao qual me refiro não é expressão de uma "falsa consciência", algo que se impõe a nós como vindo de fora, alheio à nos mesmos. As transformações que aponte são de natureza cultural, penetrando a todos, a despeito das classes sociais, nações, e inclinações pessoais. Podemos discutir a extensão deste processo. Mas uma coisa é certa. Os valores, as expectativas, as legitimidades, são dimensões internas da vida social. Elas revelam a existência de uma ordem injusta e desigual, porém, com uma capacidade real de articulação dos homens.

Posso agora retomar o fio inicial de minha argumentação. Nas

sociedades contemporâneas, a esfera da política é sem dúvida um espaço preferencial para determinados tipos de ações. Isso não significa aceitar que a sociedade se conforma, a partir de suas intenções. Pelo contrário, seria mais sensato dizer que ela é manifestação de um todo mais amplo. Acontece que as relações de poder se desdobram de forma diferenciada junto às instâncias sociais. O universo da política as considera dentro de sua visão específica, entretanto, outras instituições, irão tratá-las como parte de um contexto múltiplo e diversificado. Nelas, a política está presente enquanto poder, mas diluída no seio da cultura. Neste caso, fica difícil restringi-las às fronteiras da "Ciência Política". Os partidos, os movimentos sociais, as ONGs, os sindicatos, o Estado, não possuem o monopólio de definição do que seria a conduta política. Na melhor das hipóteses eles são participantes de um jogo de forças. No entanto, curiosamente, tanto os que "fazem política", como os que se dedicam a compreendê-la, parecem eludir os inconvenientes desta dura realidade. Um conjunto de dilemas são assim deixados de lado, afinal, por princípio eles seriam secundários à ordem da explicação formulada. Talvez por isso as interpretações propriamente políticas da sociedade sejam muitas vezes insatisfatórias. Ao focalizar um determinado tipo de ação, elas se esquecem que o *homo politicus* é uma abstração construída por aqueles que se dedicam a entendê-lo. Na verdade, os indivíduos são penetrados por intenções diversificadas, eles são o resultado de forças que o atravessam e o constituem. Neste caso, as relações entre cultura e política devem ser repensadas. Não basta estabelecer os mecanismos de interação entre essas duas esferas, como se, de fato, existisse uma autonomia e separação desses campos. No fundo, tenho sérias dúvidas a esse respeito. Não seria o caso de abandonarmos esse ponto de partida, e olharmos as questões de poder de um outro quadro de referência?

RENATO ORTIZ
Prof. UNICAMP